

Feminismo e revolução: a questão das mulheres na Revolução de Outubro, no governo soviético e no pensamento de seus intelectuais

Danielle Jardim da Silva¹

Resumo: Os cem anos da Revolução de Outubro ocorrem em um momento de ascenso do movimento feminista no Brasil e em diversos países. A Revolução tem sido lembrada como uma revolução socialista, feita pelos operários. Entretanto, nenhuma revolução ou república burguesa fez tanto pelas mulheres quanto a Revolução de Outubro. Esta foi também uma revolução feminista, ainda que não reivindicasse esse nome, que se propôs a demolir a velha família patriarcal e reposicionar a mulher na sociedade.

O Governo soviético implementou uma série de políticas sobre a emancipação da mulher que incidiu sobre as leis, as políticas de socialização do trabalho doméstico, de emprego, de educação e questionou as ideias de uma época. Os intelectuais revolucionários também expressaram seu comprometimento com um programa de emancipação da mulher, defendendo sua inclusão na militância política e no trabalho assalariado, debatendo sobre a responsabilidade social e coletiva sobre as tarefas de reprodução da força de trabalho, questionando as ideias dominantes sobre o lugar das mulheres na sociedade.

Este artigo tem como objetivo apresentar parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que analisa a incorporação da luta pela emancipação da mulher a partir do pensamento de Vladimir Lênin, Leon Trotsky e Alexandra Kollontai. Buscaremos, além de recuperar historicamente o acúmulo da Revolução de Outubro e das políticas do governo soviético pós-revolução sobre a questão das mulheres, apresentar um pouco do pensamento de Lênin, Trotsky e Kollontai sobre a questão.

Palavras-chaves: Mulheres, Revolução Russa, Lênin, Trotsky, Kollontai

Eminism and revolution: the women's question in the October Revolution, the soviet government and the thinking of their intellectuals

Abstract: The one hundred years centenary of the October Revolution occur is happening at a time of rise of the feminist movement in Brazil and in several countries. The Revolution has been remembered as a socialist revolution, made by the male workers. However, no bourgeois revolution or republic did has done so much for women as the October Revolution. This It was also a feminist revolution, even if it did not claim that name, which proposed demolishing the old patriarchal family and repositioning women in society.

The Soviet Government implemented a series of policies on the emancipation of women that focused on laws, socialization policies of socialization of domestic work, employment, education and questioned the ideas of an era. Revolutionary intellectuals also expressed their commitment to a women's emancipation program, advocating their inclusion in political activism and wage labor, debating social and collective responsibility for the reproduction of workforce's tasks chores, questioning the dominant ideas about on the place of women in society.

This article aims to present part of an ongoing master's degree research that analyzes the incorporation of the struggle for the emancipation of women from based on the thinking of Vladimir Lenin, Leon Trotsky and Alexandra Kollontai. We will seek, in addition to historically recovering the accumulation of the October Revolution and the policies of the

¹ Especialista em Gênero e Sexualidade (CLAM/UERJ), Mestranda em História (PPGH/UFF). Email: jardim_danielle@yahoo.com.br

post-Revolutionary Soviet government on the issue of women, to present a little of the thinking of Lenin, Trotsky, and Kollontai on the issue.

Keywords: Women, revolution, Lenin, Trotsky, Kollontai

Queremos começar esse artigo com uma afirmação: a Revolução Russa foi uma revolução feminista. Foi protagonizada por mulheres, mobilizou demandas políticas e sociais das mesmas, buscou emancipá-las com um comprometimento nunca antes visto em um governo. Queremos, ao longo deste trabalho, defender essa afirmação, demonstrando-a no curso de acontecimentos, das movimentações bolcheviques, e, principalmente, na expressão do pensamento de seus principais intelectuais/lideranças².

Para isso utilizaremos parte do material da pesquisa de mestrado em andamento, que tem como base o pensamento de Lênin, Trotsky, e Kollontai sobre a questão das mulheres. Buscaremos, a partir de suas palavras, “contar” um pouco da história da Revolução Russa e do governo soviético abordando a participação das mulheres na Revolução e as políticas implementadas durante o governo³

Essa movimentação tem como objetivo não só visibilizar a “questão das mulheres” na Revolução e governos soviéticos, mas também resgatar e apresentar um pouco da produção de Lênin, Trotsky, e Kollontai sobre o assunto, acessando, seus textos, discursos, declarações, artigos, etc. Lênin foi a principal liderança da Revolução de Outubro e dos primeiros anos do governo. Trotsky também foi fundamental à frente do Soviete de Petrogrado, do Comitê Militar Revolucionário, do Exército Vermelho e da Oposição à Stalin. Kollontai também compôs o quadro de dirigentes revolucionários bolcheviques, e teve papel fundamental na estruturação das primeiras políticas para as mulheres implementadas pelo governo, bem como foi uma das principais figuras à frente da organização das mulheres bolcheviques/comunistas⁴. Sobretudo para o caso de Lenin e Trotsky, estes são sempre lembrados como homens, que falaram apenas sobre assuntos “de homens”. Mas ambos se colocaram ao lado da luta das mulheres e apoiaram-na. Kollontai, seja pelo fato das mulheres serem assoladas pela invisibilidade histórica, seja por seus posicionamentos contraditórios ao longo da vida, tem sido relativamente descartada na

² Durante o artigo, algumas vezes nos referiremos às lideranças bolcheviques como “lideranças” ou “dirigentes” e, às vezes, utilizando a expressão “intelectuais”. A opção pela palavra intelectuais se dá no contexto do pensamento de Gramsci, entendendo Lenin, Trotsky e Kollontai (intelectuais trabalhados no artigo) como intelectuais orgânicos (BIANCHI, 2008)

³ Considerando tanto políticas públicas governamentais quanto políticas partidárias (às vezes em interação).

⁴ Kollontai também foi uma das principais lideranças da Oposição Operária.

memória da Revolução. Recuperar essas vozes perdidas no centenário da Revolução e em meio a um ascenso do movimento feminista do Brasil e diversas partes do mundo é fundamental para traçar caminhos rumo à uma reaproximação entre feminismo e marxismo.

As mulheres na Revolução de 1917

Tradicionalmente, a Revolução de 1917 é lembrada como uma Revolução feita por homens, na qual as mulheres, nas narrativas gerais, quando aparecem, o fazem apenas em 2 momentos: como um levante de mulheres famintas e sem direção em fevereiro, e na defesa do Palácio de Inverso contra a tomada de poder pelos bolchevique em outubro.

Entretanto, naquele momento existia já em curso um processo bastante acelerado de feminização da classe trabalhadora das cidades russas. Stites comenta um salto importante de incorporação da força de trabalho feminina se deu nos anos 1904-1905, quando houve uma significativa substituição da força de trabalho masculina pela feminina ocasionada pelo conflito com o Japão, e os patrões perceberam as mulheres como um trabalhador mais barato e mais dócil que os trabalhadores homens. Em 1914 as mulheres russas já eram 40% da força de trabalho industrial (STITES, 1978, p. 162)

A Primeira Guerra teve um impacto ainda mais profundo sobre a feminização tanto da classe trabalhadora urbana quanto camponesa, frente à mobilização de parte significativa dos homens pelo exército. A verdade é que em 1917 a classe trabalhadora urbana da Rússia, sobretudo em Petrogrado, mas também em Moscou e outras cidades, é grandemente composta por mulheres. Em 1917, elas já somavam metade do total de trabalhadores, sendo maioria na indústria têxtil, química, de tabaco, alimentos e indústria de produção de suprimentos para o exército, além de também serem maioria no setor de serviços. Em Moscou, de 1250 telegrafistas, 700 eram mulheres. No campo, 30,7% das casas estavam sem homens em idade de trabalho (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 189-191; STITES, 1978, p.281-287).

Trotsky resgata a participação e o protagonismo das mulheres na Revolução de Fevereiro. Coloca ele:

O dia 23 de fevereiro era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos da social-democracia tencionavam festejá-lo segundo as normas tradicionais: reuniões, discursos, manifestos. Na véspera ainda ninguém poderia supor que o Dia da Mulher pudesse inaugurar a Revolução. Nenhuma organização preconizava greves para aquele dia. [...] pela manhã, apesar de todas as determinações, as operárias têxteis de diversas fábricas abandonaram o trabalho e enviaram delegadas aos metalúrgicos, solicitando-lhes que apoiassem a greve. [...] É evidente, pois que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos de base, que ultrapassaram a resistência de suas próprias organizações

revolucionárias, e que essa iniciativa foi espontaneamente tomada pela camada proletária mais explorada e oprimida que as demais – as operárias da indústria têxtil (TROTSKY, 1977, p. 103-104).

Na manhã do dia 23 de fevereiro as mulheres das fábricas têxteis do distrito de Vyborg cruzaram os braços e saíram pelas ruas em busca de adesões. Munidas de pedras, elas paravam a frente das fábricas (não somente têxteis) e guarnições de soldados e buscavam persuadir trabalhadores e soldados a juntarem-se a elas. Trotsky também ressaltou o papel das mulheres no enfrentamento e convencimento dos soldados. Segundo ele

A mulher operária, nesses encontros entre soldados e obreiros, desempenha um papel importante. Com maior ousadia do que os homens, penetra nas fileiras dos soldados, agarra-se aos fuzis, suplica e quase ordena: “Tirem suas baionetas, reúnam-se a nós.” Os soldados emocionam, penalizam-se, entreolham-se inquietos e vacilam: um deles, enfim, se decide e as baionetas se levantam para cima dos ombros num gesto de arrependimento, a barragem se abre, estremece no ar as vivas alegres e agradecidos, os soldados se veem rodeados, de todos os lados elevam-se as discussões, os apelos: a revolução dá um passo adiante. (TROTSKY, 1977, p. 108)

A greve das operárias, espalhada a outros setores, juntamente com a continuidade da guerra e a situação insuportável no campo elevou as contradições do czarismo ao máximo. Cinco dias após a greve iniciada no Dia das Mulheres, o czar abdicou o trono e formou-se um Governo Provisório.(MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 148)⁵.

Mc Dermid e Hillyar observam que o fato de serem justamente as mulheres trabalhadoras que gastavam horas nas filas do inverno escuro tentando conseguir comida para as famílias, sendo duplamente oneradas como trabalhadoras e mães/esposas, em um contexto de guerra, ao mesmo tempo em que a nobreza/burguesia/burocracia se alimentava e vestia fartamente, empurrava as mulheres a dissolverem a linha tênue entre as demandas econômicas e políticas. (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p.147-151). As autoras defendem que Fevereiro não foi um motim de mulheres famintas, como muitos interpretaram na História, mas uma Revolução colocada em curso pelas mulheres. Elas observam que a primeira ação das operárias têxteis não foram saquear mercados (o que seria mais razoável no caso de um motim da fome), mas justamente conquistar mais trabalhadores/as para a greve, indicando que elas sabiam o que faziam e quais eram seus objetivos.

⁵ Jane McDermid e Anna Hillyar também ressaltam que em fevereiro algumas mulheres bolcheviques tiveram papel importante nos acontecimentos. Nina Agadzhanova, bolchevique desde 1907, que em 1914 foi indicada como secretária executiva do *Rabotnitsa* por Anna Elizarova, participou da organização da greve dos metalúrgicos, sendo eleita representante do distrito de Vyborg. Juntamente com Maria Vydrina, também bolchevique, começou a organizar reuniões com as esposas de soldados (*soldatki*), manifestações, procura de armas para armar a multidão e soltar prisioneiros políticos, além de formar unidades de primeiros socorros (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 72; 150).

Kollontai, em seu artigo *Mulheres Militantes nos Dias da Grande Revolução de Outubro* (KOLLONTAI, 1920*)⁶, um manifesto apaixonado em defesa da visibilidade histórica das mulheres, destaca a participação de massas de mulheres no processo revolucionário. Ela nos fala:

As mulheres que participaram na Grande Revolução de Outubro – quem eram elas? Indivíduos isolados? Não, havia multidões delas; dezenas, centenas e milhares de *heroínas anônimas* que, marchando lado a lado com os operários e camponeses sob a Bandeira Vermelha e a palavra-de-ordem dos Sovietes, passou por cima das ruínas do czarismo rumo a um novo futuro... (KOLLONTAI, 1920* – grifos meus)

Buscando relembrar o protagonismo das mulheres na Revolução, Kollontai reafirma que, diante da convocação dos maridos para a guerra, foram muitas vezes as mulheres as camponesas que estiveram nas aldeias tomando as terras dos proprietários. Nas cidades, jovens, idosas, mulheres trabalhadoras, e esposas de soldados, dons de casa, professoras, trabalhadoras de escritório, médicas, jovens estudantes de escolas e universidades participaram ativamente da Revolução. (KOLLONTAI, 1920*). Ela relata que

No ano de 1917, o grande oceano de humanidade se levanta e se agita, e a maior parte desde oceano feita de mulheres... Algum dia a história escreverá sobre as proezas dessas *heroínas anônimas* da revolução, que morreram na Guerra, foram mortas pelos Brancos e amargaram incontáveis privações nos primeiros anos seguintes a revolução, mas que continuou a carregar nas costas o Estandarte Vermelho dos Poder Soviético e do comunismo. (KOLLONTAI, 1920* – grifos meus)

Segundo Lênin,

Em Petrogrado, em Moscou, nas cidades e nos centros industriais afastados, o comportamento das mulheres proletárias durante a revolução foi soberbo. *Sem elas, muito provavelmente não teríamos vencido.* [...] Muitas delas trabalham dia e noite no Partido ou entre as massas proletárias e camponesas, ou no Exército Vermelho. Tudo isso é muitíssimo precioso para nós. *E é importante para as mulheres do mundo inteiro*, porque comprova a capacidade das mulheres e o elevado valor que tem seu trabalho, para a sociedade. (ZETKIN, 1920 – grifos meus)⁷

Ainda em 1918, no discurso ao I Congresso de Mulheres Trabalhadoras de Toda a Rússia, Lênin reforçava que “a experiência de todos os movimentos libertadores atesta que o sucesso de uma revolução *depende* do grau de participação das mulheres”. (LENIN, 1918)

McDermid e Hillyar observam que em outubro, diferentemente de fevereiro, foram os homens que estiveram mais à frente da tomada do poder. Entretanto, as mulheres

⁶ O texto foi recentemente retraduzido pela Editora Boitempono livro *A Revolução das Mulheres: Emancipação feminina na Rússia Soviética* (SCHNEIDER, 2017) sob o nome *As Combatentes no dia do Grande Outubro*. Para o artigo utilizamos outra versão, indicada na bibliografia, onde o mesmo aparece como um texto de 1920, mas, na verdade, trata-se de um texto escrito por Kollontai apenas em 1927, por isso a marcação com um asterisco (*).

⁷ O texto acima na verdade é uma publicação feita com base nas memórias de Zetkin sobre uma sequência de conversas entre ela e Lenin em 1920. O trecho é relatado como transcrições de falas de Lênin.

bolcheviques tiveram papéis essenciais na logística e apoio do levante, sobretudo no nível local. As mulheres participaram em tarefas de comunicação, alimentação, suprimentos, brigadas médicas (que vinham sendo montadas desde fevereiro por operárias e estudantes de medicina) e formação da Cruz Vermelha Proletária (mais tarde anexada ao Exército Vermelho), esconderijo e transporte de armas, assim como trabalho político junto aos soviets. Stites, por sua vez, reforça a participação das mulheres também nas ações armadas em 25 de outubro. Em Moscou, as bolcheviques Zemlyachka, Yakoleva, Smidovich e Varentsova tiveram papel direto nas operações, participando do Comitê Militar Revolucionário e dos Centros de Combate do partido, e as jovens EvgêniaGer e Pylaeva, futuras lideranças da juventude comunista, se tornaram membras da Guarda Vermelha em 1917. (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 186-188; STITES, 1978, p. 306).

Nas ruas, parte da participação das mulheres em fevereiro (embora não o mesmo protagonismo/antecipação) se repetiu em outubro. Eram elas que estavam muitas vezes à frente nas fábricas e campos, tomando o poder, expulsando latifundiários, formando soviets (KOLLONTAI, 1920*).

Uma revolução feminista: as ações do governo soviético em seus primeiros anos

Embora tenham, na maioria dos momentos, rejeitado o título de “feministas”⁸, os bolcheviques formularam um programa radical comprometido com a emancipação das mulheres. Desde o primeiro momento do governo, houve ações no sentido da construção da igualdade entre homens e mulheres. As políticas implementadas agiam em 3 esferas: 1) A garantia da igualdade legal das mulheres, plenos direitos civis, políticos, legislação progressista sobre a família, etc; 2) A inserção das mulheres no trabalho assalariado, buscando por um lado garantir a independência econômica das mesmas (e portanto o estabelecimento de uma base para uma maior liberdade na família e nas relações pessoais, não baseadas na dependência econômica), e por outro aproveitar o trabalho das mulheres não privadamente no lar, mas coletivamente a partir da substituição/conversão do trabalho doméstico pelo/em trabalho social/assalariado; 3) Iniciativas de socialização do trabalho doméstico e proteção à maternidade, buscando libertar as mulheres de parte do trabalho de

⁸A maioria do movimento socialista/operário do fim do século XIX e início do século XX rejeitava termo “feminismo” por vê-lo como um movimento de mulheres burguesas. A denominação que as mulheres operárias /socialistas optaram era movimento feminino operário.

cuidado com a casa e filhos e libertar seu tempo para a participação política, cultural e social.

Foi com base nesses princípios e concepções que os bolcheviques iniciaram suas primeiras ações no governo. O primeiro Conselho dos Comissários do Povo formado pós-outubro contou com a presença de Alexandra Kollontai à frente do Commissariado do Povo para o Bem-Estar Social⁹. Com essa ação a Rússia passou a ser o primeiro país no mundo a ter uma mulher no cargo compatível ao de ministra. Ainda em 1917 iniciou-se também a publicação das primeiras leis voltadas a garantir a igualdade e os direitos das mulheres: Foi decretada a igualdade de todos os cidadãos, as camponesas ganharam o direito sobre a terra, em dezembro foi implementado o casamento civil (extinguindo o casamento religioso) e o divórcio foi legalizado, bastando para obtê-lo ser solicitado por qualquer um dos cônjuges. Além disso foi ratificada a participação política das mulheres como eleitoras e elegíveis.

Em outubro de 1918, depois de alguns meses de elaboração e debate, foi aprovado o primeiro Código Completo do Casamento, da Família e da Tutela. O código foi a primeira iniciativa de peso dos bolcheviques no sentido da tal destruição da família patriarcal, tão arraigada na realidade russa. A ideia por trás dele era o reconhecimento da mulher como cidadã de plenos direitos, e a família como uma união entre iguais, baseada no respeito e no amor mútuo. Dessa forma, a lei aboliu o poder marital, impedindo o marido de impor o nome, domicílio ou nacionalidade à esposa, instituiu a pensão alimentícia em caso de separação¹⁰ e acabou com a diferença entre filhos legítimos e ilegítimos. Além disso, o trabalho feminino também foi protegido e foi criada a licença-maternidade (GOLDMAN, 2014, p. 71-74).

Até então as leis determinavam a submissão completa da mulher ao marido. Seus direitos de obter passaporte, trabalhar, estudar o assinar uma letra de câmbio estavam submetidos à aprovação por escrito do marido. O Divórcio era quase impossível, sobretudo se fosse pedido pela mulher¹¹. A partir do novo Código, casamentos e divórcios passaram a ser uma operação simples, que podia ser realizada facilmente e gratuitamente nos ZAGS (cartórios) (GOLDMAN, 2014, p.70-72). Em uma sociedade em que até havia pouco ainda era costume o noivo ganhar como presente de casamento um chicote para caso

⁹ Ou Previdência Social

¹⁰ A pensão era cedida por prazo delimitado, abarcando somente os pobres (homens ou mulheres). O código pressupunha a ideia de que cada cônjuge deveria sustentar a si próprio. Em caso de crianças, a avaliação podia mudar. (GOLDMAN, 2014, p. 73)

¹¹ Era permitido somente em caso de adultério presenciado por 2 pessoas, exílio prolongado ou ausência inexplicada (sic!). (GOLDMAN, 2014, p. 71)

“precisasse”, a possibilidade de divórcio (bem como todos os direitos que as mulheres passaram a poder acessar) era, de fato, muito significativa.

Lenin, em 1919 no artigo *A Grande Iniciativa*, ressaltava as garantias legais dadas às mulheres pelo governo soviético. Dizia ele:

Nenhum partido democrático do mundo, em nenhuma das repúblicas burguesas mais avançadas, faz, neste aspecto, em dezenas de anos, nem a centésima parte daquilo que nós fizemos no primeiro ano do nosso poder. Não deixamos, no sentido literal da palavra, pedra sobre pedra das infames leis da desigualdade de direitos da mulher, das restrições ao divórcio, das ignóbeis formalidades que o rodeiam, sobre o não reconhecimento dos filhos naturais, a investigação da paternidade, etc. - leis de que subsistem em todos os países civilizados numerosos vestígios, para vergonha da burguesia e do capitalismo. Temos mil vezes razão para nos sentirmos orgulhosos do que fizemos neste domínio. (LÊNIN, 1919)

Mas Lenin também ressaltava que a igualdade legal, sem que ela se refletisse na vida cotidiana, em políticas de socialização do trabalho doméstico que pudessem libertá-las do lar, não seria capaz de libertar plenamente as mulheres.

Mas quanto mais limpamos o terreno da cangalhada(sic) de velhas leis e instituições burguesas, tanto mais claro se tornou para nós que isto foi apenas a limpeza do terreno para a construção, mas ainda não a própria construção. A mulher continua a ser escrava do lar, apesar de todas as leis libertadoras, porque está oprimida, sufocada, embrutecida, humilhada pelos pequenos trabalhos domésticos, que a amarram à cozinha e aos filhos, que malbaratam a sua atividade num trabalho improdutivo, mesquinho, enervante, embrutecedor e opressivo. A verdadeira emancipação da mulher e o verdadeiro comunismo só começarão ali e onde começar a luta em massa (dirigida pelo proletariado, detentor do poder do Estado) contra esta pequena economia doméstica, ou, mais exatamente, quando começar a sua transformação em massa numa grande economia socialista. (LÊNIN, 1919)

E chamava atenção sobre a necessidade de organização de serviços voltados para a socialização do trabalho doméstico e sua ligação com a libertação das mulheres. Segundo ele, “não se pode assegurar a verdadeira liberdade, não se pode edificar a democracia – sem falar de socialismo – se não chamarmos as mulheres ao serviço cívico, na milícia, na vida política, se não as tiramos da atmosfera brutal do lar e da cozinha.” (LENIN, 1917, IN: ENGELS; MARX; LENIN, 1979, p.59)

As cantinas públicas, as creches e os jardins infantis - eis exemplos destes rebentos, eis meios simples, correntes, sem pompa, grandiloquência nem solenidade, de fato capazes de emancipar a mulher, de fato capazes de minorar e suprimir a sua desigualdade em relação ao homem pelo seu papel na produção social e na vida social. Estes meios não são novos. Foram criados (como, em geral, todas as premissas materiais do socialismo) pelo grande capitalismo, mas neste eles têm sido, em primeiro lugar, uma raridade, e em segundo lugar - o que tem particular importância -, ou "eram empresas mercantis, com todos os piores aspectos da especulação, do lucro, do engano, da falsificação, ou então uma "acrobacia da caridade burguesa", odiada e desprezada, com toda a razão, pelos melhores operários.(LÊNIN, 1919)

No artigo *Às Mulheres Trabalhadoras*, escrito em 1918, Kollontai também ressalta a garantia de direitos para as mulheres pelo governo soviético, bem como a mudança da posição política da mulher sob o novo regime.

A Revolução de Outubro emancipou a mulher: hoje as camponesas têm os mesmos direitos que os camponeses, e as operárias, os mesmos que os operários. Em todo lugar a mulher pode votar, ser membro dos sovietes ou comissária, e até comissária do povo. (KOLLONTAI, 1918)

Kollontai, assim como Lênin, reforçou a correlação necessária entre a garantia da igualdade legal e de políticas públicas capazes de socializar o trabalho doméstico. No mesmo artigo ela ressaltava que ainda que as mulheres tivessem os mesmos direitos sob a lei, ela permanecia submetida aos afazeres domésticos sendo ainda “uma escrava em sua própria família”. Assim, ela explicava:

Os operários devem agora cuidar para que a realidade tire dos ombros delas o fardo da lida com os filhos e alivie às operárias e camponesas o peso dos serviços de casa. A classe operária também está interessada em liberar a mulher nessas esferas. (KOLLONTAI, 1918)

A ligação entre igualdade legal e garantia de políticas públicas, bem como a grande distância a percorrer até ser possível falar de uma libertação completa das mulheres, foi abordada por Trotsky no artigo *Da velha à Nova Família*, escrito em 1923. Segundo ele

Instituir a igualdade política entre homens e mulheres no estado Soviético foi apenas um dos problemas, e o mais simples. Muito mais difícil foi instituir a igualdade de trabalho nas fabricas, nas fazendas e nos sindicatos, de tal modo que os homens não deixassem as mulheres em desvantagem. Porém, alcançar uma igualdade real entre homens e mulheres na família, é um problema infinitamente mais árduo. Antes disso, será necessário revolucionar todos os nossos costumes domésticos. E é evidente que, até que não haja uma verdade[ira] igualdade entre marido e mulher na família, não poderemos falar seriamente de sua igualdade social e política. Enquanto a mulher continue atada ao trabalho doméstico (família, cozinha, costura): todas as possibilidades de participação na vida social e política estarão estritamente limitadas. (TROTSKY, 1923. IN: BEBEL; HELLER; TROTSKY; KOLLONTAI, 1980.)

Segundo Kollontai, a garantia da independência econômica das mulheres não era uma questão menor. Ela colocava que “o marido sustentava a esposa, e em troca ela se curvava ao seu arbítrio, suportando quieta a falta de justiça e a servidão familiar e doméstica”. Assim, Lenin(LÊNIN, 1899. IN: LÊNIN, 1980), para reforçar a importância da inserção das mulheres na força de trabalho assalariada, indicava que “a indústria capitalista tem um papel importante na luta da mulher por sua independência na família” e que ela “cria para a mulher uma situação nova, completamente independente da família e do marido”¹²

¹²Esses trechos fazem parte das notas de rodapé da obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de 1899. Ele cita diferentes trechos de livros, artigos e jornais sobre o trabalho feminino, o que indica um esforço de estudo e sistematização sobre a questão por Lênin.

A Revolução se iniciou a partir da ação política das mulheres, entretanto, sua participação política nos partidos, soviéticos, sindicatos, ainda permanecia baixa. Nesse sentido, houve um grande esforço do partido bolchevique para mobilizar as mulheres para participarem da política e da construção dos soviéticos.

No artigo *As operárias*, em 1920, Lênin convoca todos a se comprometerem com o aumento da participação política das mulheres, tanto comunistas quanto não comunistas.

Urge que as operárias tomem parte cada vez maior na gestão de empresas públicas e na administração do Estado. Administrando, as mulheres farão depressa a aprendizagem e atingirão os homens. Elegeri mais operárias *comunistas ou sem partido* ao Soviético! Pouco importa se uma operária honesta, sensata e conscienciosa no trabalho, não pertence ao Partido: elegeri-a para o Soviético de Moscou! Que haja mais operárias no Soviético de Moscou! [...] O proletariado não chegará a emancipar-se completamente se não conquistar para as mulheres uma liberdade completa. (LÊNIN, 1920. IN: ENGELS; MARX; LÊNIN, 1979, p. 103 – grifos meus)

Em 1920, Kollontai ainda chamava atenção para a baixa participação de mulheres no IV Congresso de Sindicatos de Toda a Rússia. Observando o número de mulheres, ela se perguntava sobre os motivos dessa situação e propunha ações no sentido da mobilização feminina. Ressalta-se nessa passagem, a não separação por Kollontai, da participação na vida pública, seja ela produtiva/assalariada ou política. Dizia ela:

O salão está cheio, com cerca de 2 mil delegados, mas inconscientemente um fenômeno característico e longe de ser reconfortante chama atenção: o pequeno número de trabalhadoras que participam do evento. [...] O que isso significa? Será que não há, entre as trabalhadoras, sindicalistas que sejam boas, inteligentes e eficientes? [...] Entre as tarefas do partido estão: atrair as trabalhadoras membros das uniões para o desenvolvimento soviético e, antes de tudo, para os órgãos econômicos; o partido também deve contribuir por meio de todos os seus órgãos partidários e, particularmente, dos *Jenotdiél*¹³, para a formação da consciência sobre as necessidades comuns do proletariado, combatendo os preconceitos contra a mulher que ainda se mantém firmes entre a extensa massa do proletariado masculino. Por fim, nos interesses do comunismo e do progresso das forças produtivas da república trabalhista, o partido deve estimular o fortalecimento da formação profissional e técnica. (KOLLONTAI, 1920. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 207-209)

Revolução nos Costumes

Até meados dos anos 1920 houve um rico debate sobre os desafios na construção de novos costumes e de uma nova moral. Havia o entendimento de que a socialização do trabalho doméstico, a igualdade legal e a inserção das mulheres no trabalho assalariado não garantiriam, por si só, a completa igualdade das mulheres. Para que isso fosse alcançado seria necessária a construção de novas relações humanas e afetivas, e de novos valores.

Trotsky, em 1925 ressaltava que “a profundidade dos problemas da mulher está dada pelo fato de que ela é em essência, o elemento vivente no qual se entrecruzam todos os fios

¹³Departamento de mulheres do PC Russo. Em algumas grafias aparece como Zhenotdel, ou Jhenotdel.

decisivos do trabalho econômico e cultural” (TROTSKY, 1925. IN: BEBEL; HELLER; TROTSKY; KOLLONTAI, 1980, p. 75-76). Em outra ocasião ele ratifica seu pensamento no mesmo sentido, afirmando que os “direitos da mulher, por mais que estejam assegurados juridicamente, não estão totalmente assegurados, a não ser que cheguemos ao socialismo, e mais ainda ao comunismo, por causa dos costumes e mesmo devido ao papel materno¹⁴” (Idem).

Muito para além da igualdade legal e da socialização do trabalho, houve um rico debate a partir da ideia de que, na sociedade socialista/de transição, garantido a sobrevivência, o bem-estar, a independência e condições de igualdade, ser-se-ia surgir novas e mais sinceras relações entre as pessoas. Essa ideia pode ser facilmente visualizada em um trecho de Trotsky escrito posteriormente, em 1932. Na ocasião, ele defendia que

Liberado das cadeias da política e do clero, mais tarde também da necessidade econômica, o laço entre homem e mulher ganhará uma expressão própria [...].o matrimônio deixou o terreno da tradição acrítica e da força cega das circunstâncias para passar ao da razão coletiva. (TROTSKY, 1932 – tradução minha)

Um dos temas pelos quais Kollontai ficou conhecida foi a defesa da proposição de uma nova moral proletária, que se entrelaçava com uma relação mais igual e horizontal entre homens e mulheres. No artigo *As Relações entre os Sexos e a Luta de Classes* (1919), Kollontai reforçava que

O “enclausuramento” da mulher na casa, a priorização dos interesses da família, a difusão dos direitos de propriedade absoluta de um cônjuge sobre o outro – todos esses fenômenos violam o princípio fundamental da ideologia do proletariado, a “solidariedade camaradesca”, e rompem a corrente da união de classe. O conceito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, as ideias de “submissão” e de “desigualdade” entre membros da mesma classe contradizem a própria essência princípio proletário fundamental, a “camaradagem” (KOLLONTAI, 1919. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 189).

No artigo ela também discorre sobre como a ideia de propriedade e de desigualdade entre homens e mulheres se manifestam nas relações afetivas e também faz uma crítica radical à dupla moral que julga homens e mulheres de formas tão distintas ressaltando que “a personalidade do homem é antecipadamente separada de sua conduta sexual. Já a personalidade da mulher é avaliada em ligação estreita com sua vida sexual”. Segundo ela a sociedade não consegue destacar a mulher da célula familiar e a considerá-la uma personalidade significante por si só, fora do círculo fechado de virtudes e obrigações domésticas. (KOLLONTAI, 1919. IN: SCHNEIDER, 2017, p. 182-185)

¹⁴ “papel materno” aqui se refere à questão da socialização do trabalho doméstico.

Em seu livro *A Nova Mulher e a Moral Sexual* (2000¹⁵), Kollontai defende a ideia da mulher celibatária, a mulher solteira, militante, livre, que não se priva de relações afetivas e sexuais e que, se eventualmente se sentir inclinada a somar-se a uma vida em conjunto com seu companheiro, fará isso em uma relação de iguais, mantendo sua independência psicológica, afetiva, financeira, etc. Entretanto, sua grande contribuição nesta obra é a introdução e defesa do conceito de “amor-camaradagem”. Para Kollontai,

O ideal de amor-camaradagem, forjado pela ideologia proletária para substituir o absorvente e exclusivo amor conjugal da moral burguesa, está fundado no reconhecimento dos direitos recíprocos na arte de saber respeitar, inclusive no amor, a personalidade do outro, num firme apoio mútuo e na comunidade de aspirações coletivas. [...] Entretanto, quando o proletariado triunfar totalmente e for de fato uma sociedade constituída, o amor apresentar-se-á de forma completamente distinta, adquirirá um aspecto totalmente desconhecido até agora pelos homens. Os laços de simpatia entre os membros da nova sociedade se desenvolverão e se fortalecerão, a capacidade para amar será muito maior e o amor-camaradagem se converterá no estimulante papel que na sociedade burguesa estava reservado ao princípio de concorrência e ao egoísmo. (KOLLONTAI, 1918. IN: KOLLONTAI, 2000, p. 153-154)

Trotsky e Kollontai, em seus textos e pronunciamentos, parecem ter noção da profundidade da tarefa da libertação das mulheres, exatamente porque recusavam uma leitura economicista que via a mudança das ideologias como produto automático da mudança das relações produtivas, embora ressaltassem o papel necessário das transformações econômicas. Exatamente por isso era tão importante naquele momento dar mais atenção aos debates sobre o surgimento de uma nova moral e novas relações. Kollontai, ainda na obra citada acima, faz questão de ressaltar que

somente uma transformação fundamental da psicologia humana poderá transpor a porta proibida, somente o enriquecimento da psicologia humana no potencial do amor pode transformar as relações entre os sexos e convertê-los em relações impregnadas de verdadeiro amor, dotadas de uma afinidade real, em uniões sexuais que nos tornem felizes. Porém, uma transformação desse gênero exige inevitavelmente a transformação fundamental das relações econômico-sociais: isto é, exige o estabelecimento do regime comunista. (Ibidem, p. 31)

Dificuldades, desafios, contradições e retrocessos

Se é verdade que os bolcheviques/comunistas tiveram uma ação radical no sentido da emancipação das mulheres, agindo com políticas que, um século depois, ainda tem dificuldades de ser garantidas na maior parte dos países, sobretudo não-europeus, por outro lado, é preciso considerar que esse programa e essas políticas eram aplicadas em um país com uma população formada por quase 90% de camponeses, no início do século XX. A Ironia do “desenvolvimento desigual e combinado” russo era exatamente o convívio de centros urbanos cada vez mais cosmopolitas, que se modernizavam a passos largos, com

¹⁵ Escrito originalmente em 1918.

uma extensa maioria de uma população cujo horizonte ainda era a sua aldeia, as suas relações familiares (e as relações de poder aí impostas) e as suas tradições. Uma outra observação importante a se fazer é a devastação causada pelas guerras na Rússia: 1905-1904, a guerra russo-japonesa; 1914-1917 a Grande Guerra; e 1918-1921 a guerra civil. Elas deixaram marcas profundas na política, na economia e na demografia do país.

Tal cenário impôs dificuldades à implementação das políticas apresentadas anteriormente.

O primeiro campo de dificuldades foi cultural. Em um processo revolucionário as ideias são capazes de mudar com muita velocidade, porém, a Rússia era um império com dimensões continentais, centenas de línguas, povos e religiões diferentes, com uma produção na maior parte do campo ainda baseada na grande família patriarcal. As políticas sobre as mulheres e a família enfrentaram o conservadorismo de parte da população, sobretudo camponesa. Durante a Guerra Civil, por exemplo, o exército branco manuseou muito bem a difusão de boatos nas aldeias de que os filhos seriam arrancados de suas famílias – distorcendo a ideia de criação socializada das crianças. A grandiosidade do território da URSS, sua diversidade cultural e modelo de desenvolvimento, também colocariam obstáculos à difusão dessas políticas. Barbara Clements (1982) ressalta a diferença de capilaridade das políticas bolcheviques na cidade, onde se dispunha de uma classe operária grandiosa, e no campo, onde o peso da família patriarcal ainda se fazia sentir tanto nos costumes quanto em sua ligação direta com a organização da produção agrícola.

Durante a Guerra Civil o Comunismo de Guerra¹⁶ as políticas para as mulheres e a família estiveram em uma situação bastante contraditória. Por um lado, a política do comunismo de guerra impulsionava a comunalização da vida cotidiana e a perda de funções de cuidado e consumo da família, por outro a situação econômica do país impôs limites à aplicação das políticas públicas.

Kollontai foi uma das muitas que viu no comunismo de guerra as sementes da sociedade comunista, saudando as mudanças implementadas pelo mesmo. Em 1921, Kollontai proferiu uma série de 13 conferências na Universidade de Sverdlov sobre a questão das mulheres, que fazia parte de um ciclo de formação de mulheres. Na sua 12ª Conferência, intitulada *Revolução na Vida Cotidiana*, Kollontai ela saúda as políticas do Comunismo de Guerra.

¹⁶ Série de políticas implementadas durante a guerra civil que envolviam mudanças nas formas de produção e consumo, voltadas a garantir a sobrevivência da população e a manutenção do exército.

A modificação da vida cotidiana se manifestou de forma muito nítida nos primeiros anos da revolução, durante o período do comunismo de guerra. Os fundamentos dos antigos hábitos, do antigo modo de vida voaram em estilhaços, e sob o rumor da fuzilaria nas frentes da guerra civil, sob o peso da desorganização sempre crescente de toda a economia do país, vimos constituir-se com extraordinária nitidez um modo de vida adaptado às sementes da futura sociedade comunista.

Uma das bases do novo sistema de produção comunista é a organização e o controle, não apenas da produção, mas também do consumo. Regular o consumo significa levar em conta consumidores, tanto por uma repartição uniforme de todos os produtos e riquezas, quanto por uma organização do consumo em bases novas, comunistas. (KOLLONTAI, 1921a. IN, KOLLONTAI, 1982, p. 88)

Na Conferência Seguinte, *Revolução nos Costumes*, Kollontai justifica melhor o porquê considerava as políticas do Comunismo de Guerra “sementes da sociedade comunista”. Dizia ela:

Na república dos trabalhadores, durante o período do comunismo de guerra, em que a economia doméstica tinha tendência a ceder o lugar ao consumo social coletivo (edifícios comunitários, cantinas comunitárias, etc), em que cada mulher participava do trabalho com o homem e recebia sua própria ração, independentemente de seu marido, a questão do casamento e da família começou a assumir nova forma. [...] Naqueles anos era difícil, sobretudo na cidade, contratar um casamento por razões econômicas [...] Um homem já não podia manter uma mulher com seu salário, pelo fato de que tudo aquilo que ele tinha necessidade – habitação, roupa, alimentação, combustível, etc – estava limitado a quantidades suficientes para um só indivíduo. E a mulher não podia ser uma operária não paga de seu marido porque, primeiramente, não lhe consagrava todo o tempo, estando também encarregada do trabalho produtivo fora de casa (trabalho obrigatório), e que tem segundo lugar, se ele tivesse que dividir sua ração com a esposa, o casamento deixava de ser uma vantagem. (KOLLONTAI, 1921b. IN, KOLLONTAI, 1982, p. 108)

Entretanto, ao mesmo tempo, Kollontai também deixava nítido que, em meio à desorganização econômica, havia dificuldades de se implementar as políticas pensadas para as mulheres e a família. Ela comenta que “naquela época, a desorganização e a falta de reservas impediram a república dos trabalhadores de preencher todas as obrigações para com estes e de realizar na prática o que ela incluía em seu programa” chegando mesmo a admitir que, em meio à miséria econômica, eventualmente era possível controlar casamentos por interesse ocorrendo em troca de um quarto ou de um bônus de lenha para atravessar o inverno. (Ibidem, p. 108/109). Na conferência anterior (12º), Kollontai, ao mesmo tempo que defende a alimentação socializada reconhece que

Só assim, ou seja, enquadrando o consumo em formas sociais coletivas, foi possível, ao menos em certa medida, levando em conta nossa miséria atual e nossa falta de reservas, lutar contra o empobrecimento geral e a fome. (KOLLONTAI, 1921a. IN, KOLLONTAI, 1982, p. 88)

As dificuldades econômicas para se garantir políticas públicas para a mulher e a família não foram restritas ao período da Guerra Civil, prosseguindo nos anos seguintes.

Sob a NEP¹⁷ houve um grande esforço de recuperação da indústria, o que significou um redirecionamento de recursos para investimentos na indústria. Isso significou em algum sentido um esvaziamento de políticas de alimentação coletiva, berçários, asilos e orfanatos, lavanderias públicas e outras. A NEP também trouxe outras contradições. O fim da guerra civil também teve como consequência a volta de milhares de homens anteriormente mobilizados para o mercado de trabalho, o que teve consequências importantes sobre o aumento do desemprego feminino¹⁸.

Em 1923, Trotsky, em sua *Carta às Operárias de Moscou*, reforça a ligação entre a emancipação das mulheres e a transformação da vida familiar, e a necessidade de organização da alimentação e cuidado com os filhos em bases comunais. Entretanto observa a dificuldade de garantia das políticas e convoca as mulheres e famílias a combinarem recursos e esforços tomarem a tarefa de construir grandes unidades familiares com cozinhas, lavanderias e outras iniciativas em bases comunais, somando esforços com as iniciativas estatais de construção de bairros operários, restaurantes, lavanderias, creches, etc. Apesar de reconhecer as dificuldades, Trotsky entretanto reafirma o comprometimento com as políticas. Segundo ele

A escassez de recursos materiais indubitavelmente significa um obstáculo, nesta como em outras questões. Mas isto somente significa que não atingiremos a meta tão rapidamente como desejamos. No entanto, seria totalmente inadmissível que, por causa de nossa pobreza, deixássemos totalmente de lado a construção de uma nova vida. (TROTSKY, 1923. IN: BEBEL; HELLER; TROTSKY; KOLLONTAI, 1980, p. 60)

Nesse contexto, Trotsky ressalta a centralidade da organização das mulheres para lutar pela realização das políticas destinadas à sua libertação.

Infelizmente a inércia e a rotina ainda pesam muito, E com muito mais força no outro lado, na recôndita vida interna das famílias. E quem lutará com mais afinco contra a situação de barbárie ali existente, senão a mulher revolucionária? Com isto, não quero dizer que os operários conscientes estão isentos da responsabilidade de brigar pela transformação das formas econômicas da vida familiar, sobretudo alimentação, a criação e educação dos filhos. Mas quem coloca mais energia e constância na luta pelo *novo*, são os que mais sofrem por causa do *velho*. E na atual situação familiar, quem mais sofre é a mulher – esposa e mãe. (Idem. – grifos do autor)

¹⁷ Em meio à situação econômica do final da GC começou a ganhar espaço no partido a ideia de “voltar atrás” em algumas políticas do Comunismo de Guerra e abrir concessões para possibilitar alguma dinamização da economia. Havia entre uma parte significativa dos comunistas a ideia de que o socialismo precisava ser dar a partir de um mínimo patamar de desenvolvimento das forças produtivas e da economia capitalista, e que a Rússia, por ser um país de base camponesa, carecia desse desenvolvimento. A NEP passaria a permitir a produção de pequena escala, sobretudo de bens de consumo, e o estabelecimento do comércio (e, portanto, uma importante reabilitação da moeda) buscando “acumular capital” para reinvestimento na economia e também para possibilitar o estímulo à troca entre cidade e campo.

¹⁸ Em Petrogrado em 1922 o desemprego feminino chega a 67%. (GOLDMAN, 2014, p. 151)

Em 1925, já em um contexto de melhora das condições econômicas, Trotsky chama a atenção sobre a necessidade de dedicar mais esforços para as políticas públicas voltadas para as mulheres, ressaltando a necessidade da luta contra o descaso a essas mesmas políticas.

É indubitável que o crescimento da riqueza material do país torna possível, e portanto necessário, dedicar uma consideração muito mais ampla e profunda que a que dedicávamos até então à mãe e à criança. O nível de energia que dediquemos a esta questão, demonstrará se realmente aprendemos a relacionar todos os nossos objetivos aos problemas básicos vitais (TROTSKY, 1925. IN: BEBEL; HELLER; TROTSKY; KOLLONTAI, 1980, p. 76).

Entretanto, nos anos seguintes nem Trotsky nem as mulheres da URSS veriam melhorias nas políticas ou no nível de energia gasto nas mesmas, exceto para políticas pontuais e direcionadas. A ascensão do stalinismo implicou na elevação de diversas contradições não resolvidas no período anterior e a construção de novas iniciativas, que projetaram um cenário de retrocesso para as políticas revolucionárias e do início dos anos 1920 sobre as mulheres. Nesse período, uma grande quantidade de políticas voltadas à socialização do trabalho doméstico se extinguiu e, ao mesmo tempo, houve avanços no sentido da ocupação do espaço público como trabalhadoras. A instituição dessa dupla jornada justificada ideologicamente como dever da mãe soviética passaria a marcar a vida da maioria das mulheres. (CLEMENTS, 2012, p. 173).

O governo de Stalin também continuou a redirecionar gradativamente os gastos orçamentários no investimento da indústria, que a partir de 1928 se intensificou com o início dos Planos Quinquenais. Isso significou uma extinção das políticas de socialização do trabalho doméstico, como restaurantes, lavanderias, creches e berçários assim como orfanatos, casas para idosos e outros serviços de bem-estar garantidos pelo Estado. Alguns foram oficialmente encerrados.

A era stalinista também foi marcada por uma forte construção da figura da mulher como mãe e esposa. O modelo da “nova mulher” emancipada, independente, liberta sexualmente, deveria ser combatido e posto em seu lugar o da mulher-mãe obediente, disciplinada e disciplinadora de seus filhos para a construção do “comunismo”.

O novo Código de Família de 1936 foi aprovado em meio a uma campanha pró-família e representou um duro golpe sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, já sob a pressão natalista não só da industrialização e coletivização, mas também da preparação da Segunda Guerra Mundial. A lei proibiu o aborto, exceto em caso de risco de vida da mulher, aprovou um seguro para o nascimento de filhos e dobrou o benefício mensal a mãe empregada (de 5 para 10 rublos). A Lei também implementou prêmios em

dinheiro para estimular as mulheres a terem filhos¹⁹, bem como previa a expansão o número de maternidades, creches e berçários. O divórcio foi dificultado, tornando-se mais caro²⁰ e passando a requerer marido e esposa em audiência.

A primeira metade da década de 1940 ainda veria a continuidade das políticas do Código de 1936. Em 1941 foi introduzido um imposto sobre solteiros e o aumento da taxa cobrada pelo divórcio. Em 1943 as escolas deixaram de ser mistas, enfatizando a diferença de educação e papéis de homens e mulheres. Em 1944, sem debate prévio, um decreto aboliu o casamento “de fato”²¹. Nesse mesmo ano, já no contexto das enormes perdas humanas da Segunda Guerra, foi feita uma nova revisão no Código de Família, que dificultou ainda mais o divórcio. Naquele mesmo ano o aborto foi totalmente proibido e criou-se a premiação do título de Glória Materna (7 a 9 filhos) e Mãe Heroica (mais de 10 filhos) (NAVAILH, 1991, p. 300-301; ARRUIZZA, 2010, p. 68; CLEMENTS, 2012, p. 200).

Embora em sua participação na Oposição Operária ela tenha levantado a bandeira da luta contra a burocratização e a perda de espaços democráticos no partido, Kollontai acabou por apoiar o regime stalinista. Entretanto Trotsky opôs-se frontalmente a ele. Na obra *A Revolução Traída* (2008), entre muitas considerações Trotsky reflete sobre os retrocessos nas políticas destinadas à libertação as mulheres e a transformação da família. Ele comenta sobre o desmonte dos serviços como orfanatos, creches, restaurantes, lavanderias, e sobre as mudanças na legislação, posicionando-se contrário à proibição do aborto frente à “necessidade de homens”. Ele denomina o direito das mulheres ao aborto como “um de seus direitos cívicos, políticos e culturais essenciais, enquanto houver a miséria e a opressão familiar” e ressalta que o socialismo “deveria eliminar as causas que levam a mulher ao aborto, não intervir na vida íntima da mulher para lhe impor ‘as alegrias da maternidade’”.

Entretanto, Trotsky denuncia os motivos não só “econômicos”, (redirecionamento de recursos das políticas públicas para o investimento na indústria e possibilidade de utilização do trabalho doméstico gratuito feminino, natalismo associado ao crescimento econômico e

¹⁹ Segundo Goldman “A cada mulher com seis filhos ou mais a lei garantia 2 mil rublos por 5 anos por cada criança nascida depois. Mães com onze crianças recebiam 5 mil rublos por cada criança adicional por um ano e 3 mil rublos pelos seguintes quatro anos” (GOLDMAN, 2014, p. 383)

²⁰ 50 rublos no primeiro divórcio, 150 rublos no segundo, 300 rublos no terceiro.

²¹ Desde 1924 havia a igualdade de direitos entre casamentos “de fato” (uniões estáveis) e os casamentos legalizados nos cartórios. Essa mudança de 1944 significava uma política de Estado voltada para o estímulo e reforço do casamento.

à guerra, etc), mas também os motivos políticos da reativação da família autoritária e patriarcal pelo stalinismo, processo que ele denominou de “termidor no lar”. Para ele,

O motivo mais imperioso do atual culto da família é, sem dúvida, a necessidade que a burocracia tem de uma hierarquia estável das relações, de uma juventude disciplinada e espalhada por quarenta milhões de lares, servindo de pontos de apoio à autoridade e ao poder. (TROTSKY, 2008. p. 170)

Stalin, entretanto, não tirou essas políticas completamente de seu bolso. Muitas delas eram contradições e/ou polêmicas pertencentes ao debate partidário e governamental há alguns anos. A extinção do departamento feminino do PC, o Zhenotdel, ocorrida em 1930, já era discutida desde o período da guerra civil. O aborto foi primeiro dificultado e depois proibido, mas a aceitação da ideia como um direito de escolha da mulher sempre foi minoritário. Kollontai, por exemplo, defendia o direito ao aborto, porém via-o como um recurso geralmente associado a dificuldade da mulher/família em manter a criança, chegando mesmo a ver o direito de escolha como um desvio burguês²². O governo soviético implementou diversas políticas destinadas à socialização do trabalho doméstico, mas quem trabalhava nesses serviços eram as mulheres, reproduzindo uma divisão sexual do trabalho e, portanto, não quebrando os estereótipos e papéis associados a homens e mulheres. A mulher como mãe foi glorificada pelo stalinismo, mas Kollontai em diversos momentos defendeu a ideia do dever da maternidade. Em muitos pontos, não só as políticas bolcheviques/comunistas estavam inseridos em uma sociedade “atrasada” e camponesa, mas os próprios bolcheviques/comunistas estavam inseridos nessa sociedade que eles e elas buscavam transformar. Durante os primeiros anos da Revolução e do governo soviético a luta pela hegemonia de um programa de emancipação das mulheres e de demolição da família conseguiu se impor nas políticas estatais. A partir do governo de Stalin, pelo contrário, a conveniência de diversas funções da família o fará resgatar todo um arsenal que se buscou destruir para colocá-lo novamente a serviço da manutenção do poder e da ordem.

Considerações finais

Ao longo do artigo buscamos resgatar uma história importante de encontro entre feminismo e marxismo, muitas vezes ignorada ou diminuída na historiografia. Igualmente

²²O aborto [...] resulta da situação precária das mulheres (não falamos da classe burguesa, onde o aborto tem outras causas: repugnância em dividir a herança, repugnância de mulheres ávidas de uma existência sem preocupação de suportar os sofrimentos da maternidade, repugnância em estragar seu corpo, de ficar alguns meses afastada da ‘vida social’, etc). (KOLLONTAI, 1921a. IN: KOLLONTAI, 1982. p. 100)

buscamos expor, a partir dos textos e pronunciamentos de Lenin, Trotsky e Kollontai um pouco de sua elaboração sobre o assunto. Kollontai é lembrada na história como uma comunista “feminista” (ainda que não reivindicasse esse rótulo) e que lutou ardentemente pela emancipação das mulheres, sendo uma figura fundamental do movimento feminino operário russo e internacional. Na maior parte do tempo Lênin e Trotsky são vistos como dirigentes comunistas, teóricos sobre o Estado, o Partido, a Revolução, etc, se perdendo sua contribuição e seu posicionamento de apoio à luta das mulheres. Retomar esse acúmulo tem como objetivo reaproximar as elaborações socialistas do feminismo atual e mostrar o quanto, apesar de contradições, os bolcheviques/comunistas russos implementaram políticas destinadas a revolucionar o lugar da mulher na sociedade, mas também de rerepresentar para os socialistas um pouco de sua história perdida e o quanto lideranças e intelectuais que eles tanto reivindicam se posicionaram a favor da luta feminista.

Bibliografia:

ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e Socialismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.

BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

CLEMENTS, Barbara. *A History of Women in Russia: from earliest times to the present*. Bloomington, Indiana University Press, 2012.

CLEMENTS, Barbara. Working-Class and Peasant Women in the Russian Revolution, 1917-1923. *Signs*. Vol. 8, nº 2, 1982. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3173897>

GOLDMAN Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2014.

KOLLONTAI, A. *Às Mulheres Trabalhadoras*. 1918. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/kollontai/1918/mes/mulheres.htm>. Visitado em: 16/07/2017

KOLLONTAI, A. *Mulheres Militantes nos Dias da Grande Revolução de Outubro*. 1920* Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/kollontai/ano/mes/militantes.htm> (visitado em setembro de 2014)

KOLLONTAI, Alexandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

KOLLONTAI, Alexandra. As Relações entre os Sexos e a Luta de Classes. 1919. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, Alexandra. Os sindicatos e a trabalhadora. 1921. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

- KOLLONTAI, Alexandra. Revolução na Vida Cotidiana. 1921. IN: KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- KOLLONTAI, Alexandra. Revolução nos Costumes. 1921. IN: KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- LENIN, V. I. Às operárias. IN: LENIN, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.
- LENIN, V.I. Cartas de Longe.1917. IN: ENGELS, Friedrich; MARX, Carl; LENIN. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1979. (publicada pela primeira vez em 1924)
- LENIN, V.I. *Discurso no Primeiro Congresso Pan-russo das operárias*. 1918. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/11/19.htm>. Visitado em: 16/07/2017
- LENIN, V.I. O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia. 1899. (extrato) IN: LÊNIN, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.
- LENIN, V.I. *Uma grande iniciativa*. 1919. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/06/28.htm>. Visitado em: 16/07/2017
- MCDERMID, Jane & HILLYAR, Anna. *Midwives of Revolution: Female Bolsheviks and Women Workers in 1917*. London: UCL Press, 1999.
- NAVAILH, Françoise. O modelo soviético. IN: PERROT, M & DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- STITES, Richard. *The Women's Libetarian Movement in Russia: Feminism, Nihilism and Bolchevism: 1860-1930*. New Jersey: Princeton University Press, 1978.
- TROTSKY, L. Carta às Operárias de Moscou. 1923. IN: BEBEL, A; HELLER, A; TROTSKY, L.; KOLLONTAI, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- TROTSKY, L. *Catorce preguntas sobre la vida y la moral en la Unión Soviética*. 1932. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro2/T03V203.htm>. Visitado em: 16/07/2017.
- TROTSKY, L. Construir o socialismo significa emancipar as mulheres e proteger as mães. 1925. IN: BEBEL, A; HELLER, A; TROTSKY, L.; KOLLONTAI, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- TROTSKY, Leon. *A revolução Traída*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- ZETKIN, Clara. Lênin e o Movimento Feminino, 1920. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm>. Visitado em: 16/07/2017.